

CS Brasil Frotas Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2020 e relatório dos
auditores independentes**

Índice

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8
Relatório dos auditores independentes.....	43

CS Brasil Frotas Ltda.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.224	51.648	Fornecedores	12	215.422	69.543
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	329.418	170.059	Risco sacado a pagar - montadoras	13	4.758	5.471
Contas a receber	8	109.716	100.775	Empréstimos e financiamentos	14	5.847	-
Estoques		766	353	Arrendamentos a pagar	15	70.302	49.091
Tributos a recuperar		1.241	2.871	Arrendamentos por direito de uso	16	10.166	11.685
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20.3	2.480	-	Obrigações sociais e trabalhistas		1.307	1.259
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	9	58.208	49.485	Tributos a recolher		8.775	3.511
Outros créditos	10	21.031	18.034	Juros sobre capital próprio a pagar	19.1	2.348	2.348
		529.084	393.225	Adiantamentos de clientes		3.026	2.913
				Outras contas a pagar	17	24.289	13.815
						346.240	159.636
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	4.994	102.432
Tributos a recuperar		312	58	Arrendamentos a pagar	15	69.215	115.732
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20.3	-	7.510	Arrendamentos por direito de uso	16	5.978	15.794
Depósitos judiciais	18	504	504	Provisão para demandas judiciais e administrativas	18	-	12
Outros créditos	10	20.106	29.433	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	38.187	22.362
		20.922	37.505			118.374	256.332
Imobilizado	11	767.957	515.496	Total do passivo		464.614	415.968
Intangível		1.483	263	Patrimônio líquido			
		790.362	553.264	Capital social	21.1	776.722	476.722
				Reservas de lucros	21.2	78.110	53.799
				Total do patrimônio líquido		854.832	530.521
Total do ativo		1.319.446	946.489	Total do passivo e patrimônio líquido		1.319.446	946.489

CS Brasil Frotas Ltda.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida de locação e venda de ativos desmobilizados	22	382.035	355.032
Custo de locação	23	(156.173)	(152.300)
Custo de venda de ativos desmobilizados	23	(83.029)	(109.494)
Total do custo de locação e venda de ativos desmobilizados		(239.202)	(261.794)
Lucro bruto		142.833	93.238
Despesas comerciais	23	(404)	(290)
Despesas administrativas	23	(10.434)	(5.866)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	23	(548)	(1.719)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	1.822	(6.317)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		133.269	79.046
Receitas financeiras	24	5.860	2.777
Despesas financeiras	24	(18.283)	(14.038)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		120.846	67.785
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20.2	(16.410)	(11.822)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.2	(15.825)	(10.803)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(32.235)	(22.625)
Lucro líquido do exercício		88.611	45.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações dos resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**Em milhares de Reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	88.611	45.160
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>88.611</u>	<u>45.160</u>

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Patrimônio líquido total
			Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		314.110	8.639	-	322.749
Aumento de capital	21.1	162.612	-	-	162.612
Lucro líquido do exercício		-	-	45.160	45.160
Retenção de lucros		-	45.160	(45.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		476.722	53.799	-	530.521
Aumento de capital	21.1	300.000	-	-	300.000
Lucro líquido do exercício		-	-	88.611	88.611
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	21.2	-	-	(64.300)	(64.300)
Retenção de lucros		-	24.311	(24.311)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		776.722	78.110	-	854.832

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Em milhares de Reais

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.846	67.785
Ajuste para:		
Depreciação e amortização (nota 23)	95.690	67.783
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 23)	83.029	109.494
Créditos de impostos extemporâneos	(307)	(26)
Provisão para perdas no valor recuperável de ativos, contingências e outras perdas	547	8.204
Baixa de outros ativos	400	758
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado a pagar - montadoras	16.264	12.119
	316.469	266.117
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(9.488)	1.586
Estoque	(413)	(353)
Fornecedores	51.793	13.739
Obrigações sociais e trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	6.995	(2.240)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	16.917	5.716
	65.804	18.448
Variações no capital circulante líquido operacional		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.380)	(18.891)
Demandas judiciais e administrativas pagas	(12)	(594)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado a pagar - montadoras	(6.715)	(5.842)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação (nota 26.1)	(288.556)	(225.670)
Investimento em títulos e valores mobiliários	(159.359)	(170.059)
	(83.749)	(136.491)
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	(1.362)	(268)
	(1.362)	(268)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	300.000	100.285
Captação de empréstimos e financiamentos	11.562	100.000
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado a pagar - montadoras	(207.575)	(31.084)
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio pagos (nota 21.2)	(64.300)	-
	39.687	169.201
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(45.424)	32.442
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	51.648	19.206
No final do exercício	6.224	51.648
	(45.424)	32.442
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa		
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar, Finame e risco sacado a pagar - montadoras (nota 26.1)	(57.040)	(126.649)
Adição de arrendamentos por direito de uso (nota 26.1)	(479)	(27.524)
Varição no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar (nota 26.1)	(94.086)	5.790
Aporte de capital em contas a receber, outros créditos, imobilizado e fornecedores (nota 26.2)	-	62.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A CS Brasil Frotas Ltda. ("Empresa") é uma empresa limitada controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista.

A Empresa foi constituída pela antiga controladora do grupo, JSL S.A. ("JSL") em 30 de março de 2017, e iniciou suas atividades por meio da Cisão da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil Transportes") ocorrida em 22 de novembro de 2017. Em 01 de novembro de 2019, visando melhor segregação de seus negócios, a JSL aportou na sua controlada CS Brasil Participações, a participação direta de 88,87% que detinha na Empresa. Dando continuidade à essa reestruturação, em 30 de dezembro de 2019 a CS Brasil Transportes vendeu sua participação direta de 11,13 % na Empresa, a valor contábil para a CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a Empresa passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações. Adicionalmente, com a reestruturação da Simpar S.A. ("Simpar") ocorrida em 05 de agosto de 2020, o controle indireto da Empresa foi transferido da JSL para a Simpar.

1.1 Principais eventos ocorridos

1.1.1 Evento ocorrido durante o exercício de 31 de dezembro de 2019

1.1.1.1 Aquisição de Empresa pela CS Brasil Participações

Em 01 de novembro de 2019 visando uma melhor segregação dos negócios, a JSL S.A. vendeu sua participação direta de 99,99% no investimento CS Brasil Transportes, a valor contábil, para a controlada CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a Empresa passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

1.2 Situação da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 31 de dezembro de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros foi de retração dos Produtos Internos Brutos - PIB das maiores dos países, e no Brasil houve retração de 3,23 % em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central de 13 de março de 2021.

No Brasil, principal mercado onde a Empresa atua, as medidas de restrições contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais.

A Administração instituiu um comitê multidisciplinar de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, por meio desse comitê, está monitorando a evolução da crise instaurada e aplicando ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

a. Cuidado com os colaboradores

Adoção de teletrabalho (*home office*) para parte dos colaboradores, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Empresa; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social; disponibilização de veículos para os colaboradores que deixem de utilizar transporte público; férias coletivas e utilização de banco de horas; e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. Está sendo implementado plano de retorno gradual dos colaboradores nos escritórios das empresas, preservando as pessoas que são considerados grupo de risco.

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, para garantir a segurança da informação nos sistemas e ambiente de rede da Empresa, dada a adoção de teletrabalho, foi criado um comitê para avaliar os riscos de acessos não permitidos e coleta de dados, e assim definir e implementar ações para mitigá-los.

b. Apoio à sociedade

Disponibilização de sua estrutura e operações em apoio às comunidades onde estão instaladas, principalmente pela doação de produtos essenciais e básicos para as famílias, e serviços de logística para circulação e entrega de doações recebidas por instituições governamentais.

Adicionalmente, a CS Brasil Frotas continua com suas iniciativas e projetos ligados aos programas socioambientais.

c. Impactos econômico-financeiros

A maior parte das atividades da Empresa é considerada essencial, abrangendo por exemplo terceirização de frotas de veículos leves e pesados utilizados na prestação de serviços essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento.

(i) Situação econômica e financeira

- Liquidez corrente positiva, isto é, ativo circulante maior que o passivo circulante correspondente a 1,5 vezes;
- A maior parte dos serviços prestados é mantida por contratos de longo prazo; e
- Implementação de programas de redução e controle de custos para adequar sua estrutura às variações na receita e na geração de caixa.

(ii) Análises de recuperação (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Empresa efetuou a revisão de seus ativos financeiros, incluindo as contas a receber, para avaliar a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação (“*impairment*”). Essa análise foi conduzida considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento.

Como resultado, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para nenhum dos ativos relacionados.

(iii) Análises de recuperação (“*impairment*”) de ativos não financeiros

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos, os quais o Grupo fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável sobre seus ativos não financeiros, que são concentrados em ativo imobilizado disponibilizado para venda e ativo imobilizado.

(iv) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal

Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. A Empresa aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente nas demonstrações financeiras como tributos a recolher e despesas respectivas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Empresa continua permanentemente avaliando as evoluções da pandemia, e considera: (i) o estágio de disseminação do vírus em evolução no Brasil; (ii) trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; e (iii) todos os governos municipais, estaduais e federal ainda continuam anunciando e testando ações de combate, fechamento e reabertura do comércio em geral, o que torna incerto quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de abril de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.3.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.3.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.(a) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

2.4 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.6 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação, a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.7 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas na nota explicativa 11.

A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

d) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

2.8 Intangível

2.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, A Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como:

- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendadora

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa é uma arrendadora intermediária, ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 - Receita de contrato com cliente para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 - Instrumentos financeiros ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.(c) e 2.3.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.11 Provisões

2.11.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.11.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12 Receitas de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.12.1 Receita de locação

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

2.12.2 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias do grupo Simpar.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.13 Benefícios a empregados

2.13.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.14 Capital social

2.14.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de locação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo - nota explicativa 2.12.

3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8;
- b) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual - nota explicativa 9; e
- c) Imobilizado - definição do valor residual e da vida útil - nota explicativa 11.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Algumas novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4.1 Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Empresa avaliou os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 e a expectativa é de que sejam concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

4.2 Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 (R2));
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	6.162	62	6.224	51.588	60	51.648
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	329.418	-	329.418	170.059	-	170.059
Contas a receber	-	109.716	109.716	-	100.775	100.775
Outros créditos	-	36.860	36.860	-	43.300	43.300
	335.580	146.638	482.218	221.647	144.135	365.782
Passivo, conforme balanço patrimonial						
		Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Fornecedores		215.422	215.422		69.543	69.543
Risco sacado a pagar - montadoras		4.758	4.758		5.471	5.471
Empréstimos e financiamentos		10.841	10.841		102.432	102.432
Arrendamentos a pagar		139.517	139.517		164.823	164.823
Arrendamentos por direito de uso		16.144	16.144		27.479	27.479
Outras contas a pagar		22.856	22.856		11.976	11.976
		409.538	409.538		381.724	381.724

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.224	51.648	6.224	51.648
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	329.418	170.059	329.418	170.059
Contas a receber	109.716	100.775	109.716	100.775
Outros créditos	36.860	43.300	36.860	43.300
Total	482.218	365.782	482.218	365.782
Passivos Financeiros				
Fornecedores	215.422	69.543	215.422	69.543
Risco sacado a pagar - montadoras	4.758	5.471	4.758	5.471
Empréstimos e financiamentos	10.841	102.432	10.841	103.608
Arrendamentos a pagar	139.517	164.823	139.562	164.963
Arrendamentos por direito de uso	16.144	27.479	16.144	27.479
Outras contas a pagar	22.856	11.976	22.856	11.976
Total	409.538	381.724	409.583	383.040

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	2.076	2.076	-	8.730	8.730
Letras financeiras		4.071	4.071		4.496	4.496
Cota de outros fundos	15		15	60	-	60
Operações compromissadas	-	-	-	-	38.302	38.302
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	187.003	-	187.003	120.944	-	120.944
LTN - Letras do Tesouro Nacional	142.415	-	142.415	49.115	-	49.115
	329.433	6.147	335.580	170.119	51.528	221.647
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	10.841	10.841	-	102.432	102.432
Arrendamentos a pagar	-	139.562	139.562	-	164.823	164.823
	-	150.403	150.403	-	267.255	267.255

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	1,92	2,10	2,83	4,16	5,05	6,03	7,18
Fonte: B3 - 31/12/2020							

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

A Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2020
Valores depositados em conta corrente	62
Br AAA	6.147
Br AA	15
Total de aplicações financeiras	6.162
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.224
	31/12/2020
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	
Br AAA	329.418
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	329.418

ii. Contas a receber

A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Empresa está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos e arrendamentos. Como política, a Empresa procura concentrar esse risco à variação do DI.

Os saldos expostos e a análise de sensibilidade estão demonstrados na nota explicativa 5.4.

c) Risco de liquidez

A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2020				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.224	6.224	6.224	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	329.418	329.418	329.418	-	-
Contas a receber	109.716	109.716	109.716	-	-
Outros créditos	36.860	38.180	19.607	10.400	8.173
Total	482.218	483.538	464.965	10.400	8.173

	31/12/2020				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	215.422	215.422	215.422	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	4.758	4.758	4.758	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.841	11.145	6.083	5.062	-
Arrendamentos a pagar	139.517	145.418	74.496	63.854	7.068
Arrendamentos por direito de uso	16.144	17.046	10.895	6.138	13
Outras contas a pagar	22.856	22.856	22.856	-	-
Total	409.538	416.645	334.510	75.054	7.081

5.4 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou análise de sensibilidade, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros prováveis:

- CDI em 2,83% a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3);
- IPCA 4,49% a.a. (fonte: B3); e
- SELIC de 2,83% a.a. (fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
Operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	6.162	Aumento do CDI	2,81%	173	216	260
Direitos a receber por alienação de empresas - Joseense (i)	15.954	Aumento do IPCA	4,49%	717	896	1.075
Direitos a receber por alienação de empresas - Quataí (i)	13.754	Aumento do CDI	2,83%	389	487	584
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LFT	187.003	Aumento da SELIC	2,83%	5.292	6.615	7.938
Empréstimos e financiamentos	(10.841)	Aumento do CDI	5,88%	(637)	(797)	(956)
Arrendamento mercantil a pagar	(139.517)	Aumento do CDI	5,02%	(7.004)	(8.755)	(10.506)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	72.515			(1.070)	(1.338)	(1.605)
Operações - Pré-fixadas						
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LTN	142.415	PRÉ-FIXADO	2,05%	2.920	2.920	2.920
Arrendamento por direito de uso	(16.144)	PRÉ-FIXADO	7,38%	(1.191)	(1.191)	(1.191)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	126.271			1.729	1.729	1.729
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	198.786			659	391	124

(i) Os direitos a receber por alienação de empresas estão registrados na rubrica de outros créditos.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos	62	60
Total de disponibilidades	62	60
CDB - Certificado de depósitos bancários	2.076	8.730
Letras financeiras	4.071	4.496
Cotas de outros fundos	15	60
Operações compromissadas	-	38.302
Total de aplicações financeiras	6.162	51.588
Total	<u>6.224</u>	<u>51.648</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o rendimento médio das aplicações financeiras foi 2,33% a.a. (5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

7. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Operações	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	187.003	120.944
LTN - Letras do Tesouro Nacional	142.415	49.115
Total	<u>329.418</u>	<u>170.059</u>

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o rendimento médio foi de 2,05% a.a. (5,94% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

8. Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de locações	52.667	39.728
Serviços e locações a faturar	28.315	23.391
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19.1)	31.158	37.930
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(2.424)	(1.876)
Outras contas a receber	-	1.602
Total	<u>109.716</u>	<u>100.775</u>

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8.1 Classificação por vencimento (“aging list”) e perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total a vencer	75.288	82.280
Vencidos em até 30 dias	9.400	4.194
Vencidos de 31 a 90 dias	16.683	9.994
Vencidos de 91 a 180 dias	5.539	3.598
Vencidos de 181 a 365 dias	1.128	903
Vencidos há mais de 365 dias	4.102	1.682
Total vencidos	36.852	20.371
(-) Perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber	(2.424)	(1.876)
Total	109.716	100.775

As movimentações das perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(157)
(-) adições	(1.817)
(+) reversões	98
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.876)
(-) adições	(576)
(+) reversões	28
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.424)

9. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

	<u>Veículos</u>
Custo:	
Em 31 de dezembro de 2019	42.719
Bens transferidos do imobilizado	183.884
Bens baixados por venda	(141.489)
Em 31 de dezembro de 2020	85.114
Depreciação acumulada:	
Em 31 de dezembro de 2019	6.766
Bens transferidos do imobilizado	(92.132)
Bens baixados por venda	58.460
Em 31 de dezembro de 2020	(26.906)
Saldo residual líquido:	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.485
Saldo em 31 de dezembro de 2020	58.208

	<u>Veículos</u>
Custo:	
Em 31 de dezembro de 2018	75.594
Bens transferidos do imobilizado	148.779
Provisão de redução ao valor líquido recuperável - (“impairment”) (nota 23)	(6.463)
Bens baixados por venda	(175.191)
Em 31 de dezembro de 2019	42.719
Depreciação acumulada:	
Em 31 de dezembro de 2018	(19.715)
Bens transferidos do imobilizado	(39.216)
Bens baixados por venda	65.697
Em 31 de dezembro de 2019	6.766

Saldo residual líquido:	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.879
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.485

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Outros créditos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recebíveis transferidos por aporte de capital (i)	29.708	39.544
Adiantamento à fornecedores	673	2.002
Partes relacionadas (nota 19.1)	7.058	3.756
Outros créditos	3.698	2.165
Total	<u>41.137</u>	<u>47.467</u>
Circulante	21.031	18.034
Não circulante	20.106	29.433
Total	<u>41.137</u>	<u>47.467</u>

- (i) O saldo de R\$ 29.708 (R\$ 39.544 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos valores a receber que a Empresa possui decorrente da alienação do investimento da Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí") no montante de R\$ 13.754, corrigido por 100% do CDI, com vencimento até 2022, repassado pela JSL que era a controladora na época e; ao montante a receber decorrente da alienação do investimento da Joseense Transporte de Passageiros Ltda. ("Joseense Transporte") de R\$ 15.954, corrigido por 100% do IPCA / IBGE, com vencimento até 2024, repassado pela JSL que era a controladora na época. Ambos os recebíveis foram transferidos da JSL para a Empresa por meio de aporte de capital.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2019	534.008	2.305	716	101	361	27.524	151	565.166
Adições	435.458	4.224	-	84	57	479	-	440.302
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	(183.884)	-	-	-	-	-	-	(183.884)
Baixa de ativos e outros	(292)	(169)	-	-	-	-	-	(461)
Em 31 de dezembro de 2020	785.290	6.360	716	185	418	28.003	151	821.123
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2019	(49.138)	(270)	(76)	(58)	(72)	(52)	(4)	(49.670)
Despesa de depreciação no exercício	(82.799)	(292)	(38)	(29)	(45)	(12.486)	-	(95.689)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	92.132	-	-	-	-	-	-	92.132
Baixa de ativos e outros	61	-	-	-	-	-	-	61
Em 31 de dezembro de 2020	(39.744)	(562)	(114)	(87)	(117)	(12.538)	(4)	(53.166)
Saldos líquidos:								
Em 31 de dezembro de 2019	484.870	2.035	640	43	289	27.472	147	515.496
Em 31 de dezembro de 2020	745.546	5.798	602	98	301	15.465	147	767.957
Taxa média de depreciação (%) no exercício:								
Veículos leves	13,6%	-	-	-	-	-	-	-
Veículos pesados	7,0%	11,1%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4,0%	20,0%	10,0%	45,0%	10,0%	-

CS Brasil Frotas Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2018	338.188	1.313	716	101	274	-	151	340.743
Adições	345.521	1.008	-	-	-	27.524	-	374.053
Transferências	(71)	(16)	-	-	87	-	-	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	(148.779)	-	-	-	-	-	-	(148.779)
Baixa de ativos e outros	(851)	-	-	-	-	-	-	(851)
Em 31 de dezembro de 2019	534.008	2.305	716	101	361	27.524	151	565.166
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2018	(21.025)	(72)	(38)	(29)	(35)	-	(2)	(21.201)
Despesa de depreciação no exercício	(67.422)	(198)	(38)	(29)	(37)	(52)	(2)	(67.778)
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	39.216	-	-	-	-	-	-	39.216
Baixa de ativos e outros	93	-	-	-	-	-	-	93
Em 31 de dezembro de 2019	(49.138)	(270)	(76)	(58)	(72)	(52)	(4)	(49.670)
Saldos líquidos:								
Em 31 de dezembro de 2018	317.163	1.241	678	72	239	-	149	319.542
Em 31 de dezembro de 2019	484.870	2.035	640	43	289	27.472	147	515.496
Taxa média de depreciação (%) no exercício:								
Veículos leves	12,7%	-	-	-	-	-	-	-
Veículos pesados	7,0%	11,2%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4,0%	20,0%	10,0%	0,19%	10,0%	-

Conforme mencionado na nota explicativa 1.2 c (iii), dado aos impactos trazidos e conhecidos até o momento pela crise causada pela pandemia da COVID-19, a Administração da Empresa fez uma avaliação sobre os indicativos de existência ou não de perda dos valores recuperáveis (“*impairment*”) dos ativos imobilizados, principalmente quanto às frotas de veículos, máquinas e equipamentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamentos a pagar substancialmente representados por veículos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo - arrendamentos a pagar capitalizados	207.380	183.003
Depreciação acumulada	(39.665)	(17.654)
Saldo contábil, líquido	<u>167.715</u>	<u>165.349</u>

12. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Veículos, máquinas e equipamentos	152.228	58.142
Peças e manutenção	54.201	3.138
Partes relacionadas (nota 19.1)	8.189	7.345
Materiais de estoques	492	73
Serviços contratados	-	639
Outros	312	206
Total	<u>215.422</u>	<u>69.543</u>

13. Risco sacado a pagar - montadoras

Modalidade	Taxa média	Vencimento	Movimentação					31/12/2019
			31/12/2020	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	
Em moeda nacional								
Risco sacado	7,22%	fev/21	4.758	32.552	(34.204)	(762)	1.701	5.471

Modalidade	Taxa média	Vencimento	Movimentação					31/12/2018
			31/12/2019	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	
Em moeda nacional								
Risco sacado	6,73%	set/20	5.471	13.630	(7.197)	(1.136)	174	-

A Empresa firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas

14. Empréstimos e financiamentos

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2020			Movimentação					31/12/2019		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Transferência (iii)	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
NPs (i)	3,40%	CDI + 1,50%	-	-	-	-	-	-	(107.716)	(415)	5.699	-	102.432	102.432
CDCs (ii)	4,95%	CDI + 3,05%	out/22	5.847	4.994	10.841	11.562	(841)	-	(184)	284	-	-	-
				5.847	4.994	10.841	11.562	(841)	(107.716)	(579)	5.983	-	102.432	102.432

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2019			Movimentação			31/12/2018			
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
NPs (i)	5,90%	CDI + 1,50%	jun/21	-	102.432	102.432	100.000	-	(1.660)	4.092	-	-	-

(i) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios;

(ii) **Capital de Giro (CDCs)** - é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa da Empresa e não possuem cláusulas de compromisso; e

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em função da reestruturação de capital do Grupo CS Brasil Participações, a Empresa fez a assunção de sua 1ª Emissão de NPs para a controladora CS Brasil Participações (dentro da CS Brasil Participações, passou a ser a 2ª Emissão de NPs).

14.1 Garantias e fianças bancárias

A Empresa possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir:

- ✓ **CDC** - garantidos pelos respectivos veículos financiados.

15. Arrendamentos a pagar

Contratos de arrendamentos na modalidade de *Leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo de arrendamentos no início do exercício	164.823	70.839
Novos contratos	24.488	113.019
Amortização	(52.937)	(23.838)
Juros pagos	(3.909)	(3.037)
Juros apropriados	7.052	7.840
Passivo de arrendamentos no final do exercício	139.517	164.823
Circulante	70.302	49.091
Não circulante	69.215	115.732
Total	139.517	164.823
Taxa média a.a.	4,22%	6,84%
Estrutura taxa média	CDI + 2,19%	CDI + 2,44
Vencimento	jun/23	dez/22

15.1 Garantias

Conforme demonstrado na nota explicativa 11.1, a Empresa possui veículos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos a pagar e os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

16. Arrendamentos por direito de uso

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 11.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo de arrendamento no início do exercício	27.479	-
Novos contratos	479	27.524
Amortização	(11.877)	(49)
Juros pagos	(1.465)	(9)
Juros apropriados	1.528	13
Passivo de arrendamento no final do exercício	16.144	27.479
Circulante	10.166	11.685
Não circulante	5.978	15.794
Total	16.144	27.479

A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Empresa (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Empresa. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	5,99%
2	6,75%
3	7,61%
5	8,61%
8	9,47%
10	9,74%
15	10,08%
20	10,26%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	17.046	16.144
PIS / COFINS	1.767	1.476

A Administração da Empresa na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Empresa tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um aumento aproximado de R\$ 65.

17. Outras contas a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Partes relacionadas (nota 19.1)	21.939	11.976
Reserva de seguros	1.433	1.118
Outras contas a pagar	917	721
Total	24.289	13.815

18. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	504	504	-	(12)
	504	504	-	(12)

18.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

18.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa classifica os riscos de perda com riscos e reclamações cíveis como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos cíveis é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(584)
Liquidação	594
Provisão	<u>(22)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12)
Liquidação	<u>12</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>

Cíveis

Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais.

18.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2020, processos em andamento de natureza cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis	(113)	(106)
Tributárias	<u>(55)</u>	<u>(53)</u>
Total	<u>(168)</u>	<u>(159)</u>

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 18.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

Tributárias

As demandas tributárias estão relacionadas a questionamento de compensação de PIS / COFINS que compõe saldo negativo apresentado em PER / DCOMP.

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Partes relacionadas

19.1 Saldos com partes relacionadas (reconhecidos no ativo e no passivo)

As naturezas dos saldos em contas de balanço patrimonial com partes relacionadas são as seguintes:

- (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda e locação de ativos, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 19.2 (i) e (ii);
- (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas;
- (iii) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas;
- (iv) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços; e
- (v) Juros sobre capital próprio ("JSCP") a pagar: O saldo é referente ao JSCP do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 devido pela CS Brasil Frotas para a JSL que era a controladora no respectivo exercício. Esse JSCP foi cindido pela JSL e absorvido pela Simpar.

	Contas a receber (nota 8)		Outros créditos (nota 10)		Juros sobre capital próprio a pagar		Fornecedores (nota 12)		Outras contas a pagar (nota 17)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Partes relacionadas										
Simpar	-	-	-	-	2.348	-	-	-	2.298	-
Avante Veículos Ltda.	34	-	-	-	-	-	34	-	-	-
CS Brasil Participações	27.277	28.460	7.058	-	-	-	2.431	1.228	-	-
CS Brasil Transportes	3.065	9.470	-	3.756	-	-	3.398	6.086	18.892	11.976
JSL	328	-	-	-	-	2.348	1.719	-	2	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Original Veículos Ltda.	293	-	-	-	-	-	260	1	-	-
Ponto Veículos Ltda.	133	-	-	-	-	-	143	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	174	30	13	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	733	-
Total	31.158	37.930	7.058	3.756	2.348	2.348	8.189	7.345	21.939	11.976

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

As transações entre partes relacionadas se referem a:

- (i) Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento;
- (ii) Receita e custos na venda de ativos, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado; e
- (iii) Eventualmente são realizadas transações de cessão de direitos de contas a receber com empresas relacionadas. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato.

Resultado	Locação e serviços prestados		Locação e serviços tomados		Receita na venda de ativos		Custos na venda de ativos		Despesas administrativas		Despesa financeira	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	-	1.062	-	(1.062)	-	-	-	-	-
CS Brasil Participações	-	-	(13.766)	(1.228)	-	28.461	-	(28.461)	-	-	(1.498)	-
CS Brasil Transportes	674	9.304	(7.815)	(30.075)	2.688	16.266	(2.688)	(16.179)	-	(881)	-	(33)
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	27	-	(27)	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	-	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL	-	-	-	-	187	8.789	(187)	(8.789)	-	(3.581)	-	(258)
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	-	-	(208)	-	-	268	-	(268)	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(6)	(2)	9.535	81	(9.535)	(81)	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	(30)	(1)	2.698	-	(2.698)	-	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	-	(70)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	674	9.304	(21.844)	(31.376)	16.197	53.865	(16.197)	(53.778)	-	(4.462)	(1.498)	(291)

19.3 Transações garantidas pela Empresa para sua parte relacionada JSL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela Empresa à JSL, no âmbito da sua 12ª emissão de debentures, no valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124% do CDI. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dessa debênture na JSL é de R\$ 557.162 (R\$ 592.536 em 31 de dezembro de 2019).

19.4 Remuneração dos administradores

A Empresa foi constituída a partir da cisão de ativos da parte relacionada CS Brasil Transportes. Conseqüentemente, os Administradores da Empresa são remunerados pela CS Brasil Transportes, não havendo, portanto, despesa de remuneração com administradores nas suas demonstrações de resultados.

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto diferido ativo		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	14
Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	823	637
Depreciação de arrendamentos por direito de uso	230	-
Outros	453	-
Total do imposto diferido ativo	<u>1.506</u>	<u>651</u>
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(7.296)	(5.553)
Depreciação econômica vs. fiscal	(5.428)	(405)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(26.969)	(16.891)
Outros	-	(164)
Total do imposto diferido passivo	<u>(39.693)</u>	<u>(23.013)</u>
Total do imposto diferido passivo	<u>(38.187)</u>	<u>(22.362)</u>

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.559)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	<u>(10.803)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(22.362)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	<u>(15.825)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(38.187)</u>

20.2 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.846	67.785
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(41.088)	(23.047)
Exclusões (adições) permanentes		
Incentivos fiscais - PAT	703	607
Juros sobre capital próprio	8.262	-
Despesas indedutíveis e outras adições permanentes	(112)	(185)
IRPJ e CSLL apurados	(32.235)	(22.625)
Corrente	(16.410)	(11.822)
Diferido	(15.825)	(10.803)
IRPJ e CSLL no resultado	(32.235)	(22.625)
Alíquota efetiva	26,67%	33,38%

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

20.3 Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher

As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.510
Provisão de imposto de renda e contribuição social do exercício a pagar	(16.410)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	11.380
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.480
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	2.480
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.480
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(2.025)
Provisão de imposto de renda e contribuição social do exercício a pagar	(11.822)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	21.357
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.510
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - Não circulante	7.510
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.510

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 776.772 (R\$ 476.722 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 776.772.201 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à CS Brasil Participações (Em 31 de dezembro de 2019 eram 476.722.201 quotas pertencentes 100% à CS Brasil Participações).

	<u>Valor</u>	<u>Quotas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	314.110	314.110.008
Aumento de capital (ii)	162.612	162.612.193
Saldo em 31 de dezembro de 2019	476.722	476.722.201
Aumento de capital (i)	300.000	300.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	776.722	776.722.201

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Controladora CS Brasil Participações aprovou o aumento do capital social da Empresa no montante de 300.000, capitalizados em 2 parcelas de R\$ 150.000 cada em 17 e 29 de dezembro de 2020 com aumento de 150.000.000 quotas em cada, respectivamente; e
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Controladora CS Brasil Participações e a ex-sócia CS Brasil Transportes aprovaram o aumento do capital social da Empresa no montante de R\$ 162.612, mediante a criação de 162.612.193 novas quotas. As novas quotas foram subscritas da seguinte forma: i) R\$ 23.366 pela CS Brasil Participações por meio de transferência de R\$ 19.610 advindos da alienação do investimento na Joseense e R\$ 3.756 advindos de outros recebíveis, ambos registrados na rubrica "outros créditos"; ii) R\$ 9.913 pela CS Brasil Participações por meio de transferência de contas a receber, registradas na rubrica "contas a receber"; iii) R\$ 100.285 pela CS Brasil Transportes por meio de aporte em caixa; e iv) R\$ 29.048 pela CS Brasil Transportes por meio de abatimento de títulos em aberto entre as empresas e que estavam registrados na rubrica "fornecedores".

21.2 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações das financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados. Os juros sobre capital próprio e os lucros distribuídos em 2020, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	88.611	45.160
Distribuição de lucros	(40.000)	-
Juros sobre capital próprio	(24.300)	-
Total destinação do resultado	(64.300)	-

O saldo das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 78.110 (R\$ 53.799 em 31 de dezembro de 2019).

22. Receita líquida de locação e venda de ativos desmobilizados

a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela locação e venda de ativos desmobilizados.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de locação de veículos (b)	294.019	245.957
Receita de venda de ativos desmobilizados (a)	88.016	109.075
Receita líquida total	382.035	355.032

(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47.

(b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2).

CS Brasil Frotas Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta	412.646	381.183
Menos:		
Impostos sobre vendas	(30.020)	(25.076)
Devoluções	(591)	(1.075)
Receita líquida total	<u>382.035</u>	<u>355.032</u>

b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita da Empresa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Principais produtos e serviços		
Receita de locação de veículos	294.019	245.957
Receita líquida de locação de veículos	<u>294.019</u>	<u>245.957</u>
Receita de venda de ativos desmobilizados	88.016	109.075
Receita líquida total	<u>382.035</u>	<u>355.032</u>
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	88.016	109.075
Serviços transferidos ao longo do tempo	294.019	245.957
Receita líquida total	<u>382.035</u>	<u>355.032</u>

23. Gastos por natureza

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo / despesas com frota (iv)	(17.863)	(14.859)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(83.029)	(109.494)
Pessoal e encargos	(16.031)	(13.299)
Depreciação e amortização	(95.690)	(67.783)
Peças, pneus e manutenções	(24.213)	(29.761)
Combustíveis e lubrificantes	(3.262)	(2.353)
Prestação de serviços	(7.063)	(5.935)
Provisão de perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	(548)	(1.719)
Reversão de provisão para demandas judiciais e administrativas	-	304
Energia elétrica	(95)	(150)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (iii)	(9.548)	(31.738)
Recuperação de PIS e COFINS (i)	21.183	15.980
Monitoramento e escolta de cargas	(3.782)	(4.341)
Créditos de impostos extemporâneos (ii)	307	26
Provisão de redução ao valor recuperável - (" <i>impairment</i> ") (nota 9)	-	(6.463)
Outros custos	(9.132)	(4.401)
	<u>(248.766)</u>	<u>(275.986)</u>
Custo de locação	(156.173)	(152.300)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(83.029)	(109.494)
Despesas comerciais	(404)	(290)
Despesas administrativas	(10.434)	(5.866)
Provisão de perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	(548)	(1.719)
Outras despesas operacionais	(42)	(6.964)
Outras receitas operacionais	1.864	647
	<u>(248.766)</u>	<u>(275.986)</u>

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas;
- (ii) Durante o exercício de 2020, a Empresa reconheceu créditos extemporâneos relacionados a INSS de R\$ 254 relativos a determinadas verbas trabalhistas pacificadas em decisões judiciais, e sobre descontos efetuados da remuneração de empregados. Também reconheceram R\$ 53 de créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas insumos, essenciais e relevantes em suas operações. A Administração amparada por seus assessores jurídicos considera esses créditos adequados de acordo com a legislação e jurisprudência jurídica;
- (iii) Inclui saldos de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerrou dentro do exercício, conforme mencionado na nota 2.9 (i); e
- (iv) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	5.309	1.798
Receita de variação monetária	216	39
Descontos obtidos	171	750
Outras receitas financeiras	164	190
Receita financeira total	<u>5.860</u>	<u>2.777</u>
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.983)	(4.092)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos a pagar	(7.052)	(7.840)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	(1.701)	(174)
Despesa total do serviço da dívida	<u>(14.736)</u>	<u>(12.106)</u>
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.528)	(13)
Juros passivos	(1.715)	(742)
Despesas bancárias	(40)	(2)
IOF	(3)	(20)
Outras despesas financeiras	(261)	(1.155)
Despesa financeira total	<u>(18.283)</u>	<u>(14.038)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(12.423)</u></u>	<u><u>(11.261)</u></u>

25. Arrendamento operacional

25.1 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços de locação que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimento até 2025. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
337.041	282.305	227.053	136.586	54.601	1.037.586

26. Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

26.1 Aquisição de ativo imobilizado

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total das adições do imobilizado no exercício (nota 11)	440.302	374.053
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar, Finame e risco sacado a pagar - montadoras	(57.040)	(126.649)
Saldo das adições do exercício liquidadas com fluxos de caixa	383.262	247.404
Adição de arrendamentos por direito de uso (nota 16)	(479)	(27.524)
Varição no saldo de fornecedores	(94.086)	5.790
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	288.697	225.670
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional para locação	288.556	225.670
Imobilizado	141	-
Total	288.697	225.670

26.2 Outras variações patrimoniais

Conforme nota explicativa 21.1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizados aportes de capital sem efeito de caixa, sendo (i) R\$ 19.610 em outros créditos aportado pela CS Brasil Participações; (ii) R\$ 3.756 em outros créditos aportado pela CS Brasil Participações; (iii) R\$ 9.913 em contas a receber aportado pela CS Brasil Participações; e (iv) R\$ 29.048 como abatimento de títulos em aberto entre as empresas e que estavam registrados na rubrica em fornecedores aportado pela CS Brasil Transportes.

26.3 Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de financiamento

A Empresa classifica os lucros e juros sobre o capital próprio pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

27. Eventos subsequentes

a) Combinação de negócio GTF - Movida Participações S.A. ("Movida") e CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Brasil Frotas")

Em 04 de fevereiro de 2021, conforme fato relevante divulgado ao mercado, o grupo Simpar está avaliando a oportunidade de apresentar uma proposta para integrar os negócios da sua controlada indireta CS Brasil Frotas na sua controlada direta - Movida.

A potencial operação consolidará na Movida toda a atividade de GTF Leves do grupo Simpar. Espera-se que, com isso, a Movida poderá atuar sem restrições sobre o perfil do cliente posicionando-a melhor para enfrentar os seus concorrentes no Brasil que já atuam dessa forma.

b) Adiantamento de fornecedores referente a locação de veículos para a CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações")

Em 12 de janeiro de 2021, a CS Brasil Frotas efetuou por meio de adiantamento de fornecedores, a antecipação de 12 meses de locação de veículos para a sua controladora CS Brasil Participações. O montante envolvido nesta operação foi de R\$ 9.260 mil.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Aporte de capital da CS Brasil Participações e Locações S.A. (“CS Brasil Participações”) para a CS Brasil Frotas Ltda. (“CS Brasil Frotas”).

Em 23 de abril de 2021, a controladora CS Brasil Participações, realizou um aporte de capital no valor de R\$ 100.000 mil na CS Brasil Frotas.

O objetivo da Administração é utilizar este aporte para aquisição de CAPEX e implantação de novos contratos de GTF Leves.

d) Liquidações antecipadas de dívidas

Como estratégia da Empresa, durante os meses de março e abril, houve algumas liquidações antecipadas de dívidas dos arrendamentos financeiros no montante de R\$ 22.940 mil, cujos vencimentos originais eram previstos para maio de 2021.

e) Pagamento de lucros distribuídos para a controladora CS Brasil Participações e Locações S.A. (“CS Brasil Participações”)

Em 04 de fevereiro de 2021, foi realizado o pagamento de lucros distribuídos para a controladora CS Brasil Participações, no montante de R\$ 18.500 mil.

* * * * *



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

CS Brasil Frotas Ltda.

Mogi das Cruzes - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

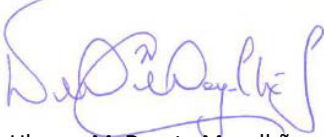
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8